



As mídias na educação e na formação de professores/as: limites e possibilidades

Denise Rosana da Silva Moraes
(UNIOESTE)

Resumo

Este artigo é fruto de uma pesquisa de doutorado, tem como objeto a problematização da inserção das mídias e tecnologias na formação docente em um movimento que se faz interdisciplinar. Pensar as mídias como parte da vida, no campo da formação de professores/as, como sujeitos inseridos nessa nova possibilidade comunicacional também é objetivo deste estudo. Inicialmente apresenta, de forma breve, e no limite de um artigo científico constatações por meio de pesquisa doutoral, acerca de um programa de formação para o uso das mídias em âmbito nacional, intitulado “*Mídias na Educação*”. Este programa advindo do Ministério da Educação brasileiro previu no ano de 2007 uma formação na modalidade *online* para professores/as da Educação Básica. No âmbito dessa pesquisa, foi realizado um estágio doutoral junto a Universidade Católica Portuguesa em Lisboa, Portugal, cuja interlocução ampliou a análise da mídia como uma contribuição eminentemente pedagógica, tese defendida pela autora. Como marco teórico busca nos Estudos Culturais sua fundamentação e na metodologia da pesquisa documental, e na *internet*, seu *lócus* de análise. Considera fundamental o debate acerca das mídias no campo educacional, bem como, a formação que evidencie a autoria pedagógica que é contrária à inserção puramente mecânica desses importantes veículos comunicacionais contemporâneos.

Palavras-chave: Mídias, Formação de Professores, estudos culturais

Resumen

Este artículo como resultado de una investigación doctoral, tiene por objeto el cuestionamiento de la integración de los medios de comunicación y la tecnología en la formación del profesorado en un movimiento que se hace interdisciplinar. Pensar los medios de comunicación como parte de la vida en el campo de la formación de los profesores/as, como sujetos insertados en esta nueva posibilidad de comunicación también es objetivo de este estudio. Inicialmente presenta, de forma breve y, en el límite de un artículo científico, constataciones por medio de la investigación doctoral, acerca de un programa de formación para el uso de los medios de comunicación a nivel nacional titulado "Los Medios de Comunicación en la Educación". Este programa advenido de la Consejería de Educación de Brazil predijo en 2007 la formación en la modalidad *en línea* para profesores/as de la Educación Básica. En el ámbito de esta investigación, ha sido realizado una pasantía de



doctorado en la Universidad Católica Portuguesa en Lisboa, Portugal, cuyo diálogo ha ampliado el análisis de los medios de comunicación como una contribución eminentemente pedagógica, la tesis defendida por la autora. Como marco teórico en Estudios Culturales busca su justificación y, en la metodología de la investigación documental y de Internet, su locus de análisis. Considera fundamental el debate sobre los medios de comunicación en el ámbito educativo, así como la capacitación que muestra la autoría pedagógica que es contraria a la inserción puramente mecánica de estos importantes vehículos comunicacionales contemporáneos.

Palabras clave: medios de comunicación, formación de profesores, estudios culturales

Introdução

Este artigo é fruto de uma pesquisa de doutorado, já concluída, tem como objeto análise da inserção das mídias e tecnologias na formação docente em um movimento que se faz intrinsecamente interdisciplinar, mais especificamente ao percorrer um Programa de formação para o uso das mídias, denominado *Mídias na Educação*, preconizado pelo Ministério da Educação Brasileiro (MEC). Ainda, e não menos importante, analisa, de forma breve, o panorama da inclusão das tecnologias e Mídias no âmbito do Ministério da Educação Português, por meio da experiência singular de um estágio de doutorado junto à universidade Católica Portuguesa. Essa possibilidade impar de interlocução ampliou a análise da mídia como uma contribuição eminentemente pedagógica, tese defendida pela autora

Pensar as mídias como parte da vida, no campo da formação de professores/as, como sujeitos inseridos nessa nova possibilidade comunicacional é objeto desta investigação.

Como marco teórico busca nos Estudos Culturais sua fundamentação e na metodologia da pesquisa documental, e na *internet*, seu *lócus* de análise. Considera fundamental o debate acerca das mídias no campo educacional, bem como, a



formação que evidencie a autoria pedagógica que é contrária à inserção puramente mecânica desses importantes veículos contemporâneos.

Inicialmente realiza uma busca no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) por meio de palavras chaves que denotam o tema da mídia em articulação com a educação, escola e a formação de professores/as. Um eixo articulador na busca das pesquisas foi o campo axiológico dos Estudos Culturais, e as interfaces entre mídia, educação e formação.

Como abordagem metodológica, as pesquisas apontam para os limites e as possibilidades que as mídias e as tecnologias apresentam no que tange ao impacto social quanto ao conhecimento e informação de forma acessível, no campo da formação de professores/as.

A pesquisa traz elementos que contribuem para problematizar, e quem sabe, resignificar práticas pedagógicas e ainda para a compreensão da construção da identidade dos sujeitos, num novo tempo e espaço.

O uso em todos os espaços sociais de novas formas de interação, que antes se davam somente face a face, provoca uma reorganização dos padrões já consolidados de comunicação, e faz surgir novas possibilidades interativas que no campo da educação e da formação de professores/as tem de ser investigadas.

Nessas sendas este artigo foi tecido da seguinte forma: em um primeiro momento apresenta, mesmo brevemente, o programa brasileiro, já mencionado, de formação de professores/as para o uso das mídias na escola.

Posteriormente, um panorama, também breve, da formação preconizada pelo governo português para a inserção das tecnologias e mídias, naquele país.

Finalizo com algumas discussões teóricas acerca da importância de o/a professor/a figurar como autor/a de sua própria formação, para além de meros peritos disciplinados, como apregoa Canclini (2007).



Resulta que ao término da pesquisa, a formação de professores/as seja para qual área for, mas nesse caso, para o uso das mídias na escola, carece de autoria. É necessário, esta é a defesa da tese, que embasa este artigo, que tenha início e não tenha fim, porque ocorre ao longo da vida docente. É preciso, e a experiência na pesquisa e na vida docente funda essa concepção de que, é preciso ouvir os/as professores/as em seus saberes e fazeres da experiência e da militância no campo da educação e da escola.

Foi revelador, poder participar em diferentes momentos da pesquisa, da interlocução com professores/as de algumas universidades, tanto por meio das leituras de várias obras correlatas, quanto em contato face a face, com os pares. Isso possibilitou novos olhares, tentativa de pensar fora da caixa e mais ainda de contribuir para avançar no debate.

A formação de professores/as, que se traduz em co-participação, em autoria fundamentada epistemologicamente, especificamente em relação à inserção das mídias no campo educacional, é o horizonte. Afinal há uma exigência de que o professor e a professora sejam conectados a este novo tempo, e esse tempo urge em novas descobertas, e dentre estas, as mídias e as tecnologias tem um lugar de grande envergadura e contribuição.

1. O Programa de Mídias na Educação e na Formação de Professores: breve análise.

1.1 Formação de professores/as mídias e escola¹

O Programa Mídias na Educação proposto pelo Ministério da Educação brasileiro, com o objetivo de formar professores/as para o uso da tecnologia em sala de aula, está intrinsecamente relacionado ao Programa Nacional de Informatização –

¹ Os dados apresentados neste texto foram extraídos da tese da autora defendida no ano de 2013, junto a Universidade Estadual de Maringá-UEM.



PROINFO, elaborado pelo MEC e alocado na extinta Secretaria de Educação à Distância, hoje Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (PROINFO Integrado), (BRASIL, 1997).

Este Programa faz parte da política voltada para a democratização do acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nas escolas brasileiras. O PROINFO, em sua gênese, intenciona gerar mudanças nas práticas pedagógicas e na gestão escolar, respeitado o princípio da gestão democrática no ensino público nacional. Insere-se em um conjunto de ações voltadas ao fortalecimento da ação pedagógica do/a professor/a em sala de aula, para ampliar o envolvimento da sociedade na busca de soluções educacionais e modernização com inovações tecnológicas a serem introduzidas no processo de ensino e de aprendizagem. Os fundamentos desse programa estão coadunados ao contido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9394/96 acerca desta temática.

O Programa de Formação em Mídias na Educação foi criado no ano de 2005, e trata-se de uma proposta de formação continuada por meio da modalidade da Educação a Distância (EaD). Sua estrutura modular propõe uma metodologia para o uso pedagógico das diferentes mídias, como: TV e vídeo, informática, rádio e impresso. O público-alvo prioritário são os/as professores/as da Educação Básica. Há três níveis de certificação em três ciclos de estudo: o básico, de extensão, com 120 horas de duração; o intermediário, de aperfeiçoamento, com 180 horas; e o avançado, de especialização, com 360 horas (BRASIL, 2005).

Na pesquisa, opto por analisar os dois primeiros ciclos: Básico e Intermediário, já que o último nível é relacionado à especialização, possibilitando inferir que os/as participantes já dominam seu conteúdo inicial. Nos dois primeiros níveis, qualquer docente pode participar independentemente se possui ou não uma graduação, podendo ser formado em nível profissional no antigo curso de Magistério. Como pretendo analisar a contribuição para a formação dos/as professores/as da Educação



Básica para o uso das mídias, dirijo meu olhar de pesquisadora para os módulos iniciais.

A Secretaria de Educação à Distância do MEC estabelece os seguintes objetivos para o programa: destacar as linguagens de comunicação mais adequadas aos processos de ensino e aprendizagem; incorporar programas (como TV Escola, PROINFO, Rádio Escola) das instituições de ensino superior e das secretarias estaduais e municipais de educação no projeto político-pedagógico da escola e desenvolver estratégias de autoria e de formação do leitor crítico nas diferentes mídias. Dados da SEED demonstram que 52 mil professores já passaram pelo ciclo básico (BRASIL, 2005).

Essa formação passou a fazer parte da Universidade Aberta do Brasil (UAB) a partir do ano de 2010. Nesta reestruturação, o Ministério da Educação redimensionou a função da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que se articulou também à Educação Básica. A CAPES é uma agência de fomento do ensino superior e, após a reformulação proposta pelo Ministério da Educação, atende e viabiliza, em regime de colaboração com os Estados, Municípios e o Distrito Federal, a formação inicial e continuada dos/as profissionais do magistério da Educação Básica. Sua articulação se dá junto às Instituições de Ensino Superior, mediante convênios estabelecidos entre as instâncias formadoras.

A partir do PROINFO, nasce o Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação no ano de 2005, materializando a formação de professores/as pretendida pelo MEC. Os coordenadores do MEC, ao apresentarem sua proposta no discurso de abertura, enfatizaram suas características– oferece cursos de produção de rádio, TV, informática e impressos – e finalidade: contribuir com o processo de ensino e de aprendizagem, auxiliando a organização didática e pedagógica dos professores da Educação Básica (BRASIL,2005).



O Programa foi criado como uma experiência piloto e, segundo dados do MEC, atendeu 69.300 professores até o ano de 2008. A meta era atingir 60.488 professores em 2009. A oferta dos cursos, organizada em função da demanda do Plano de Ações Articuladas (PAR), tinha como objetivo estabelecer metas e indicadores de qualidade para o melhor desempenho da Educação, articulada à orientação e estudos dos órgãos representativos, tais como a universidade, a Secretaria Estadual de Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) estadual (BRASIL, 2005).

O MEC definiu o Programa Mídias na Educação com base em três eixos norteadores. O primeiro tem a tecnologia como objeto de estudo e reflexão. O segundo trata a tecnologia como uma estratégia pedagógica. E o terceiro eixo valoriza a questão da autoria e da produção.

O Programa Mídias na Educação está disponibilizado na página do MEC, <http://webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/index.htm>.

O programa “Mídias na Educação” tem como proposta formar o/a professor/a na compreensão do atual contexto educacional e o papel das mídias no processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa versou em investigar no âmbito do programa: Quais as possibilidades e limites dessa formação via *Web* para a prática dos/as professores/as?

Ainda por meio de um estágio de doutorado junto a Universidade Católica Portuguesa (UCP) em Lisboa, com interlocução com colegas pesquisadores de outras IES em Portugal, são elas Universidade de Aveiro, Lisboa, Coimbra, ainda visita ao Ministério de Educação português, houve a investigação acerca da formação de professores/as para o uso das mídias no espaço da escola, naquele país.

A investigação quanto ao referencial teórico faz interlocuções com autores dos Estudos Culturais, esse campo teórico tem como fundamento a interdisciplinaridade e tem pautado as formas complexas pelas quais a mídia hoje se configura e passa a moldar o mundo contemporâneo.



Ao terminar a tese, o que não significa esgotar esse tema, chego à conclusão de que o Programa Mídias necessita ser redimensionado, com a inserção de momentos de interação *online* e presencial entre os/as cursistas, pois a formação exige tempo e espaço para alcançar sua finalidade pedagógica crítica. É necessário conhecer sim, os aparatos midiáticos, e saber usá-los, entretanto, isso não basta para o campo da formação de professores/as. É fundamental e a investigação demonstra isto, a necessidade da formação de professores/as como prática genuína, para materializar a relação entre a teoria e a prática e para repercussão na escola.

Como o próprio título do artigo apresenta, o que verifiquei, ao percorrer esse programa formativo, foi a ausência de uma formação alicerçada às Universidades (IES) como instâncias legítimas de formação docente, seja em âmbito inicial ou continuada.

A defesa é pela construção de vínculos formativos junto às universidades com propostas contínuas e ininterruptas para refletir sobre a prática docente ao perceber que os estudos críticos dos meios são necessários para elaboração de um novo projeto político-pedagógico escolar.

1.2 Formação de Professores/as

A palavra formação, destacada no Programa analisado, remete a uma reflexão e visão ampliada sobre o conceito do que seja formar, cujo significado da palavra, no dicionário, é de um “ato ou efeito de formar-se; constituição: a formação da consciência; processo de educação, de instrução: a formação profissional, artística” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2008, p. 600).

O sentido da palavra formação traz em seu bojo, relativo ao Programa, um conflito e uma tensão entre o que é e o que deve ser. Uma tensão que é básica no discurso, entre o texto e o contexto histórico-social. A formação não é algo que se situa exterior aos sujeitos, fora da vida dos/as professores/as, inclui autoformação, “objeto e instrumento daquilo que nos constitui e que somos” (FANTIN, 2012, p. 58). A



formação traz consigo a necessária reflexão sobre qual finalidade educativa está norteando o processo formativo.

A formação de professores/as brasileiros/as, atualmente tem passado por algumas mudanças importantes, alavancadas pelo Ministério da Educação. É de conhecimento público que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi estruturalmente reformulada, passando a atender e a viabilizar, em regime de colaboração com os Estados, Municípios e o Distrito Federal, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da Educação Básica. Essa articulação se deu junto às Instituições de Ensino Superior, mediante convênios estabelecidos entre as instâncias formadoras.

No documento que aponta as políticas de formação e valorização do magistério da Educação Básica (BRASIL, 2008), a CAPES terá como finalidade:

- I- Fomentar programas de formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação básica com vistas à construção de um sistema nacional de formação de professores;
- II- Articular políticas de formação de profissionais do magistério da educação básica em todos os níveis de governo, com base no regime de colaboração;
- III- Planejar ações de longo prazo para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica em serviço;
- IV- Elaborar programa de atuação setorial ou regional de forma a atender à demanda social por profissionais do magistério da educação básica;
- V- Acompanhar o desempenho dos cursos de licenciatura nas avaliações conduzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP;
- VI- Promover e apoiar estudos e avaliações necessários ao desenvolvimento e melhoria de conteúdo e orientações curriculares dos cursos de formação inicial e continuada dos profissionais do magistério;



VII- Manter intercâmbio com outros órgãos da Administração Pública do País, com organismos internacionais e com entidades privadas nacionais ou estrangeiras, visando promover a cooperação para o desenvolvimento da formação inicial e continuada dos profissionais do magistério, mediante a celebração de convênios, acordos, contratos e ajustes que forem necessários à consecução de seus objetivos. (p. 4-5).

Nesse documento do MEC, está prescrita a urgência da elaboração de uma política contundente no âmbito da formação dos/as professores/as “[...] que propicie a valorização e profissionalização dos professores, superando a concepção de programas focalizados, que ainda vigora em grande parte das instâncias do Ministério” (BRASIL, 2008, p. 5). O próprio documento ministerial reconhece que a maioria das discussões e ações em torno da formação efetivadas são projetos estanques que não se articulam dentro do próprio órgão governamental. As ações precisam ser fortalecidas, numa organicidade sobre o tema.

O pano de fundo dessa rearticulação e reafirmação de políticas, incumbindo a CAPES pela formação, é a preocupação com o atual panorama. Nos estudos elaborados pelo MEC, fica nítido que o Brasil não forma professores/as suficientes para atender à demanda das escolas públicas. Ou melhor, a profissão não tem sido atraente, e uma parcela significativa dos/as jovens que se formam, atualmente, não assumem a docência como profissão. Com isso, um grande número de formados nas licenciaturas não tem exercido a carreira, por não considerá-la interessante. O dismantelamento da profissão de professor/a foi sendo concretizado por meio de ações e normatizações de cunho neoliberais no campo da formação docente na década de 1990.



Esse panorama também se manifesta em relação às tecnologias, visto que as decisões políticas tomadas resultaram em uma expansão, prioritariamente, na aquisição de computadores, por exemplo, em detrimento da ampliação de vagas nas universidades públicas para a formação de novos professores/as. Por outro lado, a ausência de uma política clara de apoio à carreira docente, também relegada a um segundo plano. Nesta mesma esteira de proposições, expandiu-se consideravelmente o número de faculdades que ofertam, à distância, vários cursos de graduação, como não é o objeto de análise, não irei aprofundar o tema.

O estudo desenvolvido pela Diretoria de Educação Básica –DEB/MEC –sobre a atual problemática denota preocupação com o estado da educação brasileira, intitulado esse evento como sendo um apagão do ensino médio. Tal denominação significa, textualmente, a falta de professores/as habilitados para algumas áreas específicas como, por exemplo, na área das ciências e matemática. Os dados constantes no estudo do DEB/MEC apontam para a urgência na efetivação de uma política contundente de formação, a fim de que seja sanado o que é denominado como uma difícil situação.

Nesse caso, entre várias ações de enfrentamento do problema, o governo federal lança mão do aparato midiático, por meio de uma extensa programação de incentivo à formação de um contingente maior de novos/as professores/as. “A crônica falta de professores nas escolas de educação básica vem causando prejuízos que devem ser enfrentados com iniciativas de caráter conjuntural e emergencial, acompanhadas de iniciativas de políticas de médio e longo prazo” (BRASIL, 2008, p. 8).

Um dos objetivos principais a perseguir na atual conjuntura, delineado pelo governo, é atrair os/as jovens para o exercício do magistério. As propagandas veiculadas pela mídia televisiva revelam tais manifestações, conclamam a juventude a assumir a profissão de professor/a. Dentre as ações previstas pelo MEC para superação



desse déficit na formação, está prevista a formação em serviço, ou continuada, sendo que o Programa analisado tem esse perfil, formar docentes para o uso das mídias.

No caso do Programa analisado, o desafio, entre muitos, consiste em romper com a unidirecionalidade da mensagem, interrompendo esse tipo de comunicação que se faz transparente, trabalhar na contramão de um modelo de comunicação excessivamente determinista, lendo a contrapelo o que está escrito de maneira a parecer inalterado.

Na teorização de Hall (2006), nenhum significado é fixo, existe uma lógica orientadora e que dá o sentido ideológico. Ao romper com esses paradigmas, podem ser obtidas novas possibilidades de contribuir com os estudos no campo da educação aliados às mídias e seu uso no espaço escolar, no sentido de desvendar o discurso vigente.

3. A experiência em Portugal²

A trajetória da inserção das TIC em Portugal iniciou-se em 1985 até a implementação do Plano Tecnológico da Educação (PTE) atual. Santos (2003) fornece algumas referências sobre a discussão acerca da problematização e materialização das tecnologias em Portugal. A autora, ao tratar da inserção das mídias, apresenta as primeiras discussões em nível europeu no campo da educação, ensejando demonstrar que a inserção de Portugal, nesse novo panorama, foi bastante orientada pelas discussões já amplamente consolidadas em vários países europeus.

Dessas discussões, foi elaborado, em meados da década de 1970, um currículo de educação para as mídias em nível do ensino secundário, contudo ainda não seria implementado no contexto português (SANTOS, 2003).

² Estes dados da tese da autora foram investigados em um estágio de doutorado *sandwich* realizado em Lisboa, Portugal com apoio e financiamento da CAPES.



O objetivo desse currículo era estimular a reflexão sobre os veículos midiáticos, com o desenvolvimento de capacidades críticas, para contribuir com a formação de uma juventude cidadã, responsável e consciente de sua identidade cultural, e de respeito à cultura de outros povos. Nesta perspectiva, seria tecida a discussão sobre as diferentes culturas, cujo componente é parte integrante dos primeiros documentos e reflexões europeus, intrínsecos às tecnologias. Traz em seu âmago uma espécie de transdisciplinaridade cultural, um novo movimento de inter-relação de diálogos e mesmo de aproximação de diferentes culturas.

Em Portugal, a exemplo dos demais países da Europa que vinham insistentemente estabelecendo diversas abordagens em relação às tecnologias e às mídias na educação, em 1988, foi divulgado um documento elaborado por Manuel Pinto (*apud* SANTOS, 2003, p. 41) intitulado “Educar para a Comunicação”.

[...] a educação para os media é uma acção pedagógico-didática adequadamente organizada em ordem a promover uma atitude crítica relativamente ao produto dos media e, finalmente, a incentivar capacidades em ordem a que os envolvidos por tal acção assumam um papel mais activo na comunicação e sejam capazes de utilizar eficazmente as possibilidades técnicas.

Em Portugal na década de 1980, teve início um dos primeiros projetos de inserção das TIC nas escolas.

O Projeto Minerva é considerado pioneiro no âmbito das TIC por pesquisadores/as portugueses, tais como Costa (2008) e Ponte (2012), defendem a importância deste projeto porque marca os esforços de integração das tecnologias em Portugal, ao inserir os meios informáticos no ensino, entendidos como forma de racionalização, valorização, atualização.



Em 1985, foi formalizado o primeiro projeto de iniciativa do governo português para a introdução das TIC nas escolas primárias e secundárias em Portugal, com apoio a investigações nesse âmbito. O projeto prolongou-se até 1994 e, além de prever o aparelhamento das escolas com computadores e demais mídias, teve como objetivo promover o desenvolvimento de *softwares* educativos para a formação dos/as professores/as. Passados vinte e cinco anos de sua formalização, continua a ser considerado precursor e tem alavancado os demais, que surgiram após o seu encerramento, em relação à incorporação das TIC nas escolas.

Apesar de algum interregno e muitas incertezas e indefinições sobre o desenvolvimento futuro e a forma que assumiriam os projectos que se lhe seguiriam, poderá dizer-se, em suma, que de uma maneira ou de outra, terá constituído o balão de ensaio para o futuro desenvolvimento das políticas na área das TIC na Educação (COSTA, 2008, p. 207).

No ano de 1996, com base no Projeto Minerva, iniciou-se, efetivamente, uma política mais estreita de encaminhamento dessa questão junto às escolas, bem como aos/as professores/as e alunos/as. A inserção das TIC na educação está explicitada em um texto político que, de certa forma, estrutura e dá um estatuto em face da dimensão do que estava sendo configurado, especialmente nos países-membros da União Européia, em relação à inserção das TIC na escola e na educação. Portugal foi impelido a adotar as TIC até mesmo por certa pressão do então Conselho da Europa.

Costa explicita acerca da criação de uma Resolução do Conselho de Ministros, o chamado Livro Verde “Missão para a Sociedade da Informação”, na qual a ideia concebida seria a promoção de amplo e irrestrito debate sobre a chamada sociedade da informação. A escola é apresentada no documento como instância fundamental de formação, assegurando sua representatividade perante a sociedade portuguesa.



Na concretização das ações elencadas no Livro Verde, foi criado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia um órgão próprio para o acompanhamento do programa, com os seguintes objetivos: operar com a produção de conteúdos científicos e tecnológicos a serem disponibilizados na internet; desenvolver atividades telemáticas nas escolas e formas de interação e ações coletivas entre os vários parceiros educativos. Iniciou-se o aparelhamento das bibliotecas digitais públicas e universitárias como meio de promover o acesso à informação e ao conhecimento na educação, com o interesse na promoção da cultura e da investigação científica.

No ano de 2007, foi aprovado o Plano Tecnológico da Educação (PTE)³ para viabilizar a modernização tecnológica das escolas portuguesas. O documento estabelece um conjunto de linhas de orientação que visam à plena integração dos cidadãos europeus na sociedade do conhecimento. Portugal define nesse documento as metas para a implementação das TIC na educação, fundamentado nas metas europeias e nacionais balizadoras das estratégias adotadas.

No documento do PTE (PORTUGAL, 2007), está prescrita a necessidade de reequacionar o atual modelo de formação de docentes à luz do que se observa nos países de referência. Preconiza-se o estabelecimento de metas e novos desenhos formativos que sejam modulares, contínuos e progressivos, a fim de atender a uma nova necessidade e possibilidade com O Plano Tecnológico de Educação de Portugal é integrado por projetos considerados chave sobre a formação docente, tais como: formação e certificação de competências nas tecnologias de informação e comunicação, reestruturação do atual modelo de formação para as TIC, avaliações eletrônicas.

É interessante pontuar que a garantia de constar no texto institucional as definições e orientações para implantação das TIC na formação e na prática escolar já

³ Plano Tecnológico de Educação: considerado o maior programa de modernização tecnológica das escolas portuguesas. Aprovado em setembro de 2007 pelo Governo de Portugal (PORTUGAL, 2007).



foi considerada um avanço. O caráter pedagógico está também expresso no texto do programa. Ao mesmo tempo em que prevê o aparelhamento das escolas com computadores e demais mídias, contempla um eixo para a formação docente e discente, no qual estão elencados projetos a serem implementados a utilização do aspecto pedagógico às tecnologias.

Houve um movimento muito amplo de inserção de tecnologias em Portugal, quando foram distribuídos para as crianças escolares, em torno de seiscentos mil computadores portáteis, chamados “Magalhães”. As crianças portuguesas do primeiro ciclo da educação básica receberam os portáteis, aquelas, cuja família podia arcar com o valor de cinquenta euros, foram cobradas dez parcelas de cinco euros por mês, e muitas crianças vinculadas a programas sociais receberam gratuitamente.

Houve repercussão social e muitas críticas por parte dos educadores que não foram contemplados em sua formação para o uso de tal instrumento, chegando a expressar que novamente a política passava ao largo da realidade professoral.

No ano de 2009/2010 o Ministério da Educação português elabora questionários digitais para conhecer a realidade da escola na visão dos professores/as quanto ao uso dos computadores em sua ação pedagógica. O que demandou nova articulação na formação, com estreita vinculação das universidades.

Estes instrumentos denotam que ainda não se tem envergadura no uso da TIC quanto ao trabalho docente, há que empenhar esforços para a formação no sentido de que os professores/as sejam ouvidos.

Ponte (2012), Costa (2008), Lagarto e Andrade (2010) destacam que a prática de aparelhamento apartada de políticas de formação docente não surtiu o efeito de mudança esperado pelos órgãos competentes, o que os levou a encomendar um estudo a um grupo de intelectuais da Universidade de Lisboa, do campo das Ciências da Educação, da área afeta à formação de professores/as. O estudo resultou em uma reorganização pedagógica para estabelecer as metas de aprendizagem.



Considerações finais

Percorrer o Programa Mídias na Educação teve dois efeitos, que parecem contraditórios, mas se complementam a análise de que é um programa ainda muito arraigado aos moldes do treinamento. E, a leitura de que sua existência significa pautar a importância do tema e sua inclusão no campo educacional.

A experiência de duas décadas dedicadas à formação de professores e professoras, os diálogos nos encontros formativos, nos eventos extencionistas da universidade, bem como nos momentos de acompanhamento de graduandos aos estágios, fazem com que conheça o campo escolar.

Em relação ao uso da mídia pelos/as professores/as nas escolas, ainda existe distancia, já que inúmeros são os entraves para que haja um bom trânsito neste tema. Os/as professores são versados em práticas presenciais, assim não é uma tarefa fácil participar de uma formação que se orienta na modalidade online.

Conhecer a realidade portuguesa foi elucidativo, pois se percebe que os problemas também são relacionados à ausência de uma forte política de formação institucional. Mais do que aparelhar as escolas, com um computador por escola, por exemplo, há que ser construída coletivamente uma formação que leve em conta as experiências docentes, seus anseios e proposições.

Entretanto, o MEC ao promover um programa de formação nesta área, também de certa forma, contribui para evidenciá-lo como importante e com isso, por meio da participação da universidade, como campo da pesquisa científica, pode contribuir para formar os/as pares, fortalecendo a idéia de autoria, para que haja repercussão na escola e na sociedade.

A pesquisa, não se finda, ela abre novas e promissoras possibilidades de pautar o debate, e dar-lhe visibilidade, considero bem importante o MEC ter evidenciado essa formação, agora urge redimensioná-la.



Referências Bibliográficas

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Comissão de Lexicologia e Lexicografia da ABL. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mídias na Educação**. Módulo Introdutório. Disponível em: <<http://webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/index.htm>>2005. Acesso em: 20 jan. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Informatização**. PROINFO. Brasília, DF : MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretoria de Educação Básica. **Apontamentos sobre a construção de uma política de formação e valorização profissional do magistério da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2008.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

COSTA, F. **Competências TIC. Estudo e implementação**. Vol.1. Lisboa, Portugal: Gráfica Editorial do Ministério da Educação, 2008.

FANTIN, M. Mídia-educação no currículo e na formação inicial de professores. In: FANTIN, M. ;RIVOLTELLA, P. C. (Orgs.). **Cultura digital e escola. Pesquisa e formação de professores**. Campinas, SP: Papirus, 2012. p. 57-92.

HALL, S. **Da diáspora identidades e mediações culturais**. Tradução de Adelaine La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

LAGARTO, J. R.; ANDRADE, A. (Org.). **A escola XXI. Aprender com TIC**. Lisboa, Portugal: Universidade Católica Editora, 2010.

PONTE, J. P. **Um olhar sobre o Projeto Minerva**. Instituto de Educação. Universidade de Lisboa. Atas do I Encontro Internacional TIC e Educação: Inovação Curricular com TIC. Lisboa, Portugal, 2012.

MORAES, D. R. d. S. **O programa mídias na educação e na formação de professores/as: limites e possibilidades**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2013.

SANTOS, M. M. N. **A educação para os media no contexto educativo**. Ministério da Educação: Instituto de Inovação Educacional, Lisboa, Portugal, 2003.

PORTUGAL. Ministério da Educação. **Plano tecnológico da educação**. Lisboa. Portugal: GEPE/ME. 2007. Disponível em: <<http://www.pte.gov.pt/pte/PT/OPTE/>>. Acesso em: 30 de março de 2012.